

## **RESOLUÇÃO ARPE Nº 321, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2025**

*Disciplina o prazo para interligação do usuário ao serviços público de coleta e tratamento de esgotos disponíveis no âmbito do Estado de Pernambuco.*

**A DIRETORIA COLEGIADA DA AGÊNCIA DE REGULAÇÃO DE PERNAMBUCO - ARPE**, com fundamento na Lei nº 12.524, de 30 de dezembro de 2003 e alterações, e regulamentada pelo Decreto nº 30.200, de 09 de fevereiro de 2007;

**CONSIDERANDO** o disposto no art. 45 da Lei Federal nº 11.445/2007, com a redação dada pela Lei nº 14.026/2020, que estabelece que as edificações permanentes urbanas serão conectadas às redes públicas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário disponíveis e sujeitas ao pagamento de taxas, tarifas e outros preços decorrentes da disponibilização e da manutenção da infraestrutura e do uso desses serviços;

**CONSIDERANDO** o disposto no art. 45, §6º, da Lei Federal nº 11.445/2007, com a redação dada pela Lei nº 14.026/2020, que estabelece que a entidade reguladora deve estabelecer o prazo não superior a 1 (um) ano para que os usuários conectem suas edificações à rede de esgotos, onde disponível, sob pena de o prestador do serviço realizar a conexão mediante cobrança do usuário;

**CONSIDERANDO** o disposto no art. 12 da Norma de Referência ANA nº 8/2024, aprovada pela Resolução ANA Nº 192, de 08 de maio de 2024, que prevê que a entidade reguladora infranacional deve estabelecer prazo que os usuários conectem suas edificações à rede, onde disponível,

### **RESOLVE:**

#### **CAPÍTULO I - DO OBJETO**

**Art. 1º** Disciplinar o prazo para interligação do usuário ao serviço público de coleta e tratamento de esgotos disponíveis no âmbito do Estado de Pernambuco.

**Art. 2º** Esta Resolução aplica-se aos usuários:

I - dos titulares dos serviços públicos de esgotamento sanitário;

II - da prestação direta por órgão ou entidade do titular, à qual a lei

tenha atribuído competência de prestar os serviços públicos, incluindo as autarquias e as empresas públicas;

III - da prestação de serviços realizada por meio de contratos de programa firmados entre os titulares dos serviços públicos e os prestadores de serviços, diretamente, sem licitação, sob a vigência da Lei nº 11.107, de 2005;

IV - da prestação de serviços realizada por meio de contratos de concessão, convênios de cooperação e instrumentos congêneres, celebrados:

a) entre os titulares dos serviços públicos e os prestadores de serviços;

b) de forma direta; e

c) sem licitação, anteriormente à vigência da Lei nº 11.107, de 2005; e

V - da prestação de serviços realizada por meio de contratos de concessão firmados em decorrência de procedimentos licitatórios ou de processos de desestatização.

## **CAPÍTULO II - DAS DEFINIÇÕES**

**Art. 3º** Para os efeitos desta Resolução, aplicam-se as seguintes definições:

I - instalação predial de esgoto ou coletor predial interno: conjunto de tubulações, equipamentos, peças, inclusive caixa de inspeção e de retenção de gordura, localizados antes do ponto de coleta e na área interna da unidade usuária, utilizados no esgotamento sanitário, de responsabilidade do usuário;

II - instalação hidráulica predial: rede ou tubulação que se inicia na ligação de água da prestadora e finaliza no reservatório de água do usuário;

III - ligação factível faturável: situação na qual a edificação não esteja interligada ao sistema público, a despeito da existência de rede coletora, bem como dispositivo de interligação ou caixa de ligação de esgoto e da viabilidade técnica da ligação;

IV - ligação predial de esgoto: conjunto formado pelo ramal predial e o Dispositivo Tubular de Inspeção (DTI) ou caixa de ligação de esgoto que interliga a rede de esgotamento sanitário até o ponto de coleta de esgoto;

V - ponto de coleta de esgoto: local onde é instalado o Dispositivo Tubular de Inspeção (DTI) ou caixa de ligação de esgoto, sendo o ponto de conexão da ligação predial de esgoto com o coletor predial interno, caracterizando-se como o limite de responsabilidade do prestador de serviços de esgotamento sanitário; e

VI - tarifa por disponibilidade: valor cobrado por economia, relativo ao custo incorrido pelo prestador dos serviços, necessário para disponibilizar o serviço de esgotamento sanitário, em quantidade e qualidade adequada, independentemente do consumo efetivo, conforme previsto no art. 30, IV, da Lei 11.445/07.

## **CAPÍTULO III - DA OBRIGATORIEDADE DA CONEXÃO ÀS REDES DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO E COBRANÇA DE USUÁRIO FACTÍVEL FATURÁVEL DE ESGOTO**

**Art. 4º** Toda construção permanente urbana com condições de

habitabilidade situada em via pública, beneficiada com redes públicas de esgotamento sanitário deverá, obrigatoriamente, conectar-se à rede pública, de acordo com o disposto no art. 45 da Lei Federal no 11.445, de 5 de janeiro de 2007, respeitadas as exigências técnicas do prestador de serviços.

**Art. 5º** O prestador de serviços deverá enviar comunicação às edificações não conectadas sobre a disponibilidade das redes para a realização das ligações, bem como informar sobre a importância de que seja efetuada a conexão e as possíveis medidas e cobranças a serem aplicadas aos usuários factíveis faturáveis.

**Art. 6º** É dever do prestador de serviços oferecer instalações adequadas e com condições aptas de funcionamento, que permitam a conexão do usuário ao sistema coletor de esgotos, bem como comunicar ao usuário a conclusão da instalação do ponto de coleta.

**Art. 7º** O usuário dispõe de prazo de até 360 (trezentos e sessenta) dias corridos, a contar da comunicação de conclusão do ponto de coleta, realizada pelo prestador de serviços, nos termos do art. 6º, para providenciar a interligação de suas instalações à rede pública coletora de esgotos.

**Art. 8º** Uma vez tomadas as medidas de interligação ao sistema público de esgotamento sanitário pelo usuário, dispostos nesta Resolução, é dever do prestador fornecer os serviços com segurança, regularidade e qualidade.

**Art. 9º** Na efetivação da interligação à rede pública de esgotamento sanitário, a prestadora de serviço emitirá declaração de conformidade do usuário com o Contrato de Adesão nos termos da Resolução ARPE nº 85, de 08 de outubro de 2013.

**Art. 10.** Decorrido o prazo disposto no art. 7º, o prestador de serviços deverá fornecer ao titular dos serviços a relação das edificações que não aderiram às redes, inclusive indicando os casos de inviabilidade técnica (soleira negativa).

**Art. 11.** Na hipótese em que o prazo do art. 7º não for obedecido, o prestador de serviços deverá comunicar a omissão da pessoa física ou jurídica aos órgãos públicos responsáveis pela adoção das medidas coercitivas necessárias para a conexão à rede pública de esgoto, bem como pela responsabilização administrativa, civil e criminal.

**Art. 12.** O pagamento da taxa ou tarifa decorrente da disponibilização e da manutenção da infraestrutura e uso dos serviços não isenta o usuário da obrigação de conectar-se à rede pública de esgotamento sanitário, e o descumprimento dessa obrigação sujeita o usuário ao pagamento de multa e demais sanções previstas na legislação.

**Parágrafo único.** As situações relativas aos imóveis de usuários contemplados na Tarifa Social Pernambucana e na Tarifa de Vulneráveis serão regulamentadas por meio de Resolução ARPE específica.

**Art. 13.** A aquisição, instalação e manutenção dos dispositivos internos de bombeamento são de responsabilidade do usuário, não sendo o prestador de serviços responsável, ainda que tenha realizado a vistoria nas instalações internas da unidade usuária, por danos causados a pessoas ou bens decorrentes de defeitos nas instalações internas do usuário, ou de sua má utilização.

**Art. 14.** O prestador de serviços deverá promover medidas e ações necessárias exequíveis para a suspensão e solução dos vazamentos e/ou extravasamentos de esgoto nas redes públicas que impliquem inadequadas condições sanitárias ou ambientais, observadas as especificidades técnicas e

intempéries, que serão justificadas pelo prestador e analisadas pela ARPE, para fins de cumprimento da respectiva obrigação.

**Art. 15.** O prestador de serviço deverá tratar os esgotos sanitários e lançar os respectivos efluentes em conformidade com normas expedidas pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA e critérios definidos pelos órgãos ambientais estaduais e municipais, bem como com legislações pertinentes.

**Art. 16.** O usuário, após realizar a conexão à rede pública de esgotamento sanitário, deverá comunicar ao prestador de serviços para que seja realizada vistoria, visando a confirmação da situação do imóvel e, consequente, atualização cadastral.

## **CAPÍTULO IV - DO LANÇAMENTO DO EFLUENTE NA REDE DE ESGOTO**

**Art. 17.** Usuários cadastrados nas categorias comercial, industrial ou aqueles cujos efluentes não são exclusivamente residenciais devem realizar o tratamento prévio e obrigatório do esgotamento sanitário antes do lançamento na rede pública.

**Parágrafo único.** O tratamento previsto no *caput* deverá seguir as faixas e parâmetros de efluentes definidos pelo prestador de serviços.

**Art 18.** O prestador de serviços deverá dispor no contrato de adesão, dos critérios e faixas de lançamento do efluente nas redes públicas, inclusive contendo os tipos de tratamento prévio exigidos para cada parâmetro:

- I - gases tóxicos ou substâncias capazes de produzi-los;
- II - substâncias que, por seus produtos de decomposição ou combinação, possam produzir obstruções ou incrustações nas canalizações;
- III - substâncias inflamáveis ou que produzam gases inflamáveis;
- IV - temperatura do efluente;
- V - pH do efluente;
- VI - sólidos em suspensão;
- VII - concentração de sólidos totais;
- VIII - gorduras, ceras, graxas, óleos emulsionados ou não;
- IX - DBO (Demanda Bioquímica de Oxigênio) ou DQO (Demanda Química de Oxigênio) que possam constituir sobrecarga para o sistema de tratamento;
- X - substâncias solúveis a frio em éter etílico, tais como alcatrões, resinas e similares; e
- XI - efluente com vazão incompatível com a capacidade da rede coletora.

## **CAPÍTULO V - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 19.** A aplicação desta Resolução deverá observar, no que couber, manuais operacionais, guias de orientação e resoluções complementares expedidas pela ARPE, com caráter vinculante, destinadas a disciplinar aspectos técnicos e procedimentais necessários à adequada prestação e fiscalização dos serviços regulados.

**Art. 20.** O prestador de serviços é responsável pela veracidade, integridade e consistência das informações enviadas à ARPE para fins de apuração e avaliação das informações, sujeitando-se às sanções previstas na regulação específica em caso de descumprimento.

**Art. 21.** O descumprimento das obrigações sujeitas nessa Resolução impõe ao usuário o pagamento de multa ao prestador de serviços, de acordo com as cláusulas contratuais.

**Art. 22.** A partir da publicação desta Resolução, o prestador de serviços deverá promover campanha de conscientização sobre a obrigatoriedade da conexão às redes de esgoto, destacando:

I - problemas individuais e coletivos trazidos pela não conexão à rede de esgotamento sanitário, como o risco de contaminação da água consumida e do lençol freático;

II - problemas individuais e coletivos trazidos pela não conexão à rede de esgoto, especialmente no que se refere à saúde pública e ao meio ambiente; e

III - aviso da nova regra de cobrança de factíveis faturáveis de esgoto e a data a partir da qual essa regra passa a ser aplicável (data de início da vigência desta Resolução).

**Art. 23.** O prestador de serviço deverá escolher canais de divulgação adequados a garantir amplo alcance das informações nos diferentes municípios.

**Art. 24.** Nos casos omissos nesta Resolução serão aplicadas as disposições da legislação vigente.

**Art. 25.** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Recife, 30 de dezembro de 2025.

**CARLOS PORTO FILHO**

Diretor-Presidente

**FREDERICO ARTHUR MARANHÃO TAVARES DE LIMA**

Diretor de Regulação Econômico-Financeira

**ROBERTA ARAÚJO MACHADO**

Diretora de Regulação Técnico-Operacional

**LARA PINHEIRO DA MACEDO MONTARROYOS**

Diretora Administrativo Financeira



Documento assinado eletronicamente por **Roberta Machado**, em 30/12/2025, às 13:34, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Frederico Arthur Maranhao Tavares de Lima**, em 30/12/2025, às 13:54, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Porto**, em 30/12/2025, às 14:17, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Lara Pinheiro**, em 30/12/2025, às 14:58, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.pe.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.pe.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **79163735** e o código CRC **3C0F510A**.

---

### **AGÊNCIA DE REGULAÇÃO DE PERNAMBUCO**

Av. Conselheiro Rosa e Silva, nº 975, - Bairro Aflitos, Recife/PE - CEP 52050-020,  
Telefone: